



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Pinheiro Ramos, Alexandre

O Integralismo, de Hélio Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção.

Antíteses, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 324-347

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875016>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **O Integralismo, de Hélgio Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção.**

*Hélgio Trindade's Integralismo forty years later:  
a critique of its reception*

**Alexandre Pinheiro Ramos\***

## **RESUMO**

O artigo buscar prestar uma homenagem pelos quarenta anos da publicação do livro Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30 (1974), de Hélgio Trindade, obra clássica para o estudo da Ação Integralista Brasileira (AIB), por meio de uma reflexão crítica sobre a recepção de sua tese central por parte dos pesquisadores do Integralismo. Argumenta-se, assim, que a hipótese de Trindade – de que a AIB seria um fascismo brasileiro – foi vulgarizada ao ponto de naturalizar-se, constituindo-se em algo dado. A partir daí, busca-se mostrar que uma das principais consequências da recepção passiva e acrítica da “tese fascista” não apenas impediu uma análise mais matizada, capaz de dar conta da complexidade do movimento integralista em seus múltiplos aspectos, como também o transformou em um estrangeiro em sua própria terra, descurando das profundas relações da AIB com o contexto intelectual brasileiro que forneceu os elementos imprescindíveis para a formulação das ideias integralistas e para a orientação de suas práticas e ações. Em última análise, o artigo pretende fornecer uma crítica ao modo como os estudos e pesquisas sobre o Integralismo têm se organizado a partir de uma visão cristalizada e naturalizada do mesmo.

*Palavras-chave:* Integralismo. Pensamento político brasileiro. Fascismo. Hélgio Trindade.

\* Doutor em Sociologia. Pesquisador de Pós-Doutorado (PNPD - Institucional / CAPES) em Sociologia na UFRJ. Pesquisador do Núcleo de Sociologia da Cultura (NUSC) do IFCS/UERJ. Atualmente desenvolve pesquisa comparativa sobre a história da sociologia no Brasil e no Canadá.

**ABSTRACT**

The article pays homage to the 40th anniversary of Hélio Trindade's book *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930* (published in 1974), a classical work for the studies on Brazilian Integralist Action (AIB), by engaging in a critique of the book's main thesis reception by the Integralism researchers. It argues that Trindade's hypothesis was vulgarized and is currently being taken for granted. Thus, it seeks to show that one of the consequences of the "fascist thesis" uncritical reception has not only obstructed more detailed analysis capable of capturing the multiple aspects of the integralist movement, but also made it a stranger in its own land by ignoring, for example, the deep relations between AIB and the Brazilian intellectual context, which was crucial for its political and cultural project' development and for guiding its practices and actions. Finally, the article intends to provide a critique of how has been made the studies and researches about the Integralism from a crystallized and naturalized view of this political movement.

*Keywords:* : Integralism. Fascism. Brazilian political thought. Hélio Trindade.

## ***Introdução***

*O olho fica embotado depois de fitar longamente um objeto e não vê nada mais; da mesma forma o intelecto à força de pensar continuamente numa mesma coisa se torna incapaz de escrutá-la e compreendê-la, embota e se confunde. Nós devemos abandoná-la para voltar a ela quando a reencontrarmos fresca e em traços nítidos.*

*Arthur Schopenhauer, Sobre a filosofia e seu método.*

O ano de 2014 marca o quadragésimo aniversário da publicação do livro *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, do cientista social Hélio Trindade. Originalmente sua tese de doutorado apresentada e defendida na Universidade de Paris em 1972 com o título "L'action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30", foi publicada no Brasil em 1974 pela DIFEL em coedição com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazendo parte da coleção Corpo e Alma do Brasil, dirigida por Fernando Henrique Cardoso. Nas palavras do autor, a obra teve "inesperada acolhida" (TRINDADE, 1979) foi publicada, após alguns percalços<sup>1</sup>, em 1979. Tal acolhida pode ser verificada nos estudos que surgiram no Brasil após a publicação de *Integralismo: Os Teuto-brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul* (1977), de Gertz (1987), de Gilberto Vasconcellos<sup>2</sup>; *O Integralismo de Plínio Salgado* (1978), de José Chasin; "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" (1978), de Marilena Chauí. Além destes, a obra de Trindade e o fenômeno integralista foram mencionados nos trabalhos de Edgard Carone, *A Segunda*

<sup>1</sup> Na Nota do Autor (1979), Hélio Trindade menciona que o texto para a segunda edição (com "pequenas alterações e ampliações") começou a ser preparado ainda em 1974, mas devido a problemas com a direção editorial da DIFEL, a segunda edição saiu apenas cinco anos depois.

<sup>2</sup> A tese de doutorado que originou a obra é de 1977.

República (1976); Jarbas Medeiros, *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945* (1977); e em “Paradigma e História”, de Wanderley Guilherme dos Santos (1975).

Deve-se, porém, sublinhar que a Ação Integralista Brasileira já havia sido analisada, também na década de 1970, por pesquisadores estrangeiros, ainda que, em alguns casos, no interior de pesquisas mais abrangentes. Tem-se, assim: *O Regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938* (1970<sup>3</sup>), de Robert M. Levine; *Pastors, Priests, and Politicians: A Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945* (1971), de Margaret Todaro Williams; *Plínio Salgado and Brazilian Integralism, 1932-1938* (1972), de Elmer R. Broxon; e *O Brasil e a crise internacional* (1975<sup>4</sup>), de Stanley E. Hilton. Margaret Todaro ainda publicou, em 1974, o artigo “Integralism and the Brazilian Catholic Church” a partir de sua tese de 1971. Observa-se que não só havia um considerável interesse sobre o Integralismo, como se multiplicaram as pesquisas por toda a década de 1970<sup>5</sup>. No entanto, a obra de Hélgio Trindade acabou por se tornar a principal referência sobre a Ação Integralista Brasileira, sobretudo pela análise detida e minuciosa desta, como pode ser observado pelos estudos que o sucederam e que dialogavam diretamente com ele.

Além deste reconhecimento como uma obra fundamental para os trabalhos sobre o movimento integralista, é possível afirmar, a meu ver, que o livro *Integralismo*, de Hélgio Trindade, acabou por fundar um subcampo de pesquisas no interior da área maior de estudos sobre a História do Brasil e do Pensamento Político Brasileiro. E um subcampo que se expandiu, principalmente, devido ao número crescente de pesquisas levadas a cabo nas universidades brasileiras por alunos de cursos de graduação (monografias) e pós-graduação (dissertações e teses), sobretudo a partir da década de 1990<sup>6</sup>. Neste sentido, é praticamente impossível não encontrar alguma menção ao livro de Trindade nestes vários estudos.

É por isto que gostaria de prestar uma homenagem a este livro. Uma homenagem, talvez, um pouco diferente, pois, como já indicado no título, é uma crítica que não apenas apresentei em minha tese em 2013, mas que serviu como um dos principais guias para minhas análises sobre o movimento integralista. Trata-se, assim, de homenagear *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* a partir de uma reflexão sobre a recepção da hipótese central desta obra, aquilo que chamo de *tese fascista*, ou seja, de que a AIB foi um “fascismo brasileiro”. Note-se que não é meu objetivo discutir esta questão, mas sim abordar

<sup>3</sup> A edição brasileira é de 1980.

<sup>4</sup> A edição brasileira é de 1977, mas o ensaio original sobre a AIB “Ação Integralista Brasileira: Fascism in Brazil, 1932-1938” data de 1972. Na versão de 1977, o autor cita tanto o trabalho de Robert Levine quanto o de Hélgio Trindade.

<sup>5</sup> Parece-me importante mencionar que no fim da década de 1930, dois trabalhos sobre o Integralismo foram apresentados como tese de doutorado em universidades alemãs: O integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil, de Carlos Henrique Hunsche (em 1937, na Friedrich Wilhelm Universität, Berlim); e Plínio Salgado, o creador do integralismo brasileiro na literatura brasileira, de Arnoldo Nicolau de Flue Gut (em 1938, na Ludwig-Maximilian Universität, Munique). Enquanto a primeira é uma análise sobre a AIB, a segunda trata do pensamento político e literário de Salgado (OLIVEIRA, 2010).

<sup>6</sup> Para se ter uma ideia do volume de trabalhos sobre a AIB, basta indicar a existência de uma a Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-1937), organizada por João Fábio Bertonha (2010).

algumas consequências que considero prejudiciais aos esforços de uma compreensão mais matizada e complexa do Integralismo em vista da recepção generalizada (e um tanto acrítica) da tese fascista apresentada por Hélvio Trindade. Neste artigo tratarei destas duas questões distintas, porém interligadas e diretamente relacionadas ao problema da recepção da tese fascista: a primeira diz respeito à sua *naturalização*, isto é, a hipótese de Hélvio Trindade foi transformada em um dado empírico, de modo que falar no movimento integralista é falar imediatamente em fascismo. A segunda questão lida com as lacunas que foram criadas a partir desta naturalização, ou seja, uma série de aspectos cruciais para os estudos da AIB foi negligenciada por não se “adequarem” à conclusão da tese fascista. Ambas as questões serão trabalhadas no tópico seguinte, onde lançarei mão de alguns exemplos – retirados de pesquisas sobre o movimento – com o intuito de ilustrar os problemas advindos da recepção acrítica da tese fascista. Por fim, pretendo apresentar alguns indícios da íntima conexão entre o Integralismo e o *contexto intelectual*<sup>7</sup> brasileiro que reforçam a necessidade de uma análise profunda e criteriosa das “raízes intelectuais” da AIB<sup>8</sup> – o que requer uma suspensão da crença na tese fascista.

### *A naturalização da tese fascista*

Algumas palavras de Florestan Fernandes (1979, p. 11):

Hoje está na moda dizer-se que se deve estudar o integralismo. Não compartilho dessa opinião. Nem mesmo devemos nos preocupar com destruí-lo. Os integralistas desempenharam o papel histórico de cavalheiros de triste figura no seio do pensamento conservador e dentro da burguesia [...]. O que nos coube, na ‘virada fascista’ da história recente, merece mais a novela picaresca que a investigação sociológica séria.

Posição curiosa a do eminentíssimo sociólogo paulista – sobretudo se perguntassemos qual a relação por ele estabelecida entre pesquisa científica e destruição deliberada. Não interessa, contudo, as razões para tal afirmativa, afinal, como se sabe muito bem, ela não parece ter surtido muito efeito, de modo que o tema foi capaz de impor-se – multiplicando-se em centenas de trabalhos – e o livro de Hélvio Trindade não somente contribuiu diretamente

<sup>7</sup> Compreendo, aqui, o *contexto intelectual* do modo como Quentin Skinner o considera: o contexto dentro do qual a produção simbólica é concebida, formado pelo conjunto de obras e ideias anteriores que foi herdado pelos autores em determinada situação histórico-social, além daqueles textos circulantes à época, sejam eles de maior ou menor impacto (SKINNER, 1997).

<sup>8</sup> Como apresentarei no terceiro tópico, esta conexão foi, até hoje, enunciada, porém nunca demonstrada empiricamente. No momento em que forem retomadas as obras dos autores que influenciaram o Integralismo (o que não parece ter sido feito), ver-se-á o impacto de suas ideias, teses e propostas na AIB.

para isto como teve vida longa. Talvez aqui seja necessário fazer uma correção ou adequação: se o livro gozou de longevidade, a tese apresentada logo em seu título usufruiu da mesma longevidade e de uma força descomunal.

Para o autor, a Ação Integralista Brasileira teria sido um movimento de tipo fascista não somente pela influência sofrida dos fascismos europeus como também pelas próprias ideias e valores defendidos por seus intelectuais e militantes. Esta hipótese é perseguida e demonstrada pelas três partes na qual o trabalho se divide: a primeira aborda o contexto nacional (político, social e econômico) na virada da década de 1920 para a de 1930 e aspectos da trajetória política e intelectual de Plínio Salgado, fundador e grande líder da AIB. A segunda continua acompanhando a atuação de Salgado, desde sua “descoberta” do fascismo ao viajar para a Itália até suas atividades jornalísticas, de cunho político, em São Paulo – tudo isto pós-Revolução de 1930. Trindade também apresenta, nesta parte, o contexto intelectual do período, mostrando não apenas a crítica que se fazia ao liberalismo como o surgimento de movimentos autoritários, culminando na fundação e lançamento da AIB em outubro de 1932. Por fim, a terceira parte aborda a “natureza do movimento” por meio de três aspectos: os militantes (quais eram suas origens sociais e motivações para a filiação), a estrutura organizacional da AIB e a ideologia integralista. Trindade lançou mão, além dos recursos à produção intelectual do movimento, de questionários e entrevistas com antigos integralistas para testar sua hipótese de que:

O integralismo seria um movimento fascista em função da composição social de seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional (TRINDADE, 1979, p. 4).

O caráter eminentemente *fascista* do Integralismo – já enunciada, de certo modo, por Robert Levine (1980) e Stanley Hilton (1977) – foi, assim, apresentada de modo sistemático mediante uma pesquisa que focava por completo a AIB. O autor não deixou de reconhecer o peso do contexto brasileiro (político, intelectual) na formação e caracterização do movimento<sup>9</sup>, todavia, isto vinha apenas a fortalecer a equivalência entre o Integralismo e o fascismo, sendo este uma influência central sobre aquele.

<sup>9</sup> Na conclusão, escreve Trindade. “A diversidade de movimentos autoritários no Brasil e na Europa, entre as duas guerras, faz do Integralismo uma ideologia eclética que, enraizando-se num nacionalismo telúrico, no messianismo típico da nova raça mestiça e incorporando os grandes temas do pensamento autoritário brasileiro anterior funde-se, numa nova síntese, com o tradicionalismo social e religioso do integralismo lusitano e do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista” (p. 289). Ressalto que o autor não concorda com a visão de que o Integralismo fosse mera cópia do fascismo, transplantado para o Brasil. Este argumento reductionista é encontrado na obra de Gilberto Vasconcellos (1979).

Foi José Chasin quem se opôs à tese fascista defendida por Hélvio Trindade, sendo um de seus argumentos que este havia analisado Integralismo e fascismo somente sob a ótica do político, deixando de lado fatores econômicos, os quais seriam decisivos para a caracterização de um movimento fascista. Para demonstrar, então, que “ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas”, Chasin (1978, p. 652) recorre à produção intelectual de Plínio Salgado, retomando, inclusive, tanto seus textos da década de 1920 (incluindo seus romances e contos) quanto sua atuação na câmara dos deputados de São Paulo. Deste modo, o maior mérito da pesquisa de Chasin torna-se sua maior fonte de crítica: ao debruçar-se sobre a obra de Salgado, o autor generalizou-a para todo o movimento, transformando o “integralismo de Plínio Salgado” no Integralismo brasileiro. Não é possível, assim, negar alguma influência do fascismo sobre o movimento<sup>10</sup>, mas o mesmo pode ser dito sobre as ideias modernistas, o pensamento católico, as obras de autores como Alberto Torres (1978) e Oliveira Vianna (2010). Deste modo, o esforço de Chasin em analisar a produção de Salgado é extremamente válido no sentido de mostrar como suas ideias do período integralista remetiam, sobretudo, às experiências políticas e intelectuais da década de 1920, ou seja, anteriores ao contato de Salgado com o fascismo italiano, na década de 1930, visto como essencial para compreender a identificação com o Integralismo.

A tese de Chasin, por buscar sustentação apenas em um autor (e em sua produção intelectual) para explicar um movimento extremamente complexo e heterogêneo, é, sem dúvida, passível de críticas. Entretanto, estou de acordo com as palavras de Antonio Cândido, que prefacia o livro, para quem “não se poderá mais estatuir simplesmente – o ‘o integralismo é um fascismo’. Isso é um modo de dizer que a conclusão do autor não lucra em ser avaliada como acerto ou erro, mas como renovação do problema, ou melhor, de problematização de fato” (CÂNDIDO, 1978, p. 20)<sup>11</sup>. A partir deste ponto posso adentrar o objetivo deste tópico, de comentar a tese fascista, ou melhor, de fazer alguns comentários sobre sua *recepção* – questão a qual, a meu ver, valeria a pena ser analisada em pormenores, tendo como um possível ponto de partida o fato de que as referências ao trabalho e a tese de José Chasin costumam limitar-se a sua localização na bibliografia sobre o Integralismo, não havendo muito mais além disto.

Falo, assim, no problema da recepção da tese fascista porque não a julgo completamente equivocada, reconhecendo argumentos válidos para a compreensão de um movimento

<sup>10</sup> Havia, inclusive, integralistas que declaravam abertamente que a AIB era uma forma de fascismo. Ribeiro (2004). Luis da Câmara Cascudo, um dos principais representantes da intelectualidade integralista e liderança local da AIB escreveu que o Integralismo não era uma cópia, mas uma forma brasileira de fascismo.

<sup>11</sup> Ainda para Cândido (1978, p. 20): “Estejamos ou não de acordo com a premissa de Chasin (o integralismo não é um fascismo), o fato é que não será mais possível ver o fenômeno integralista com os mesmos olhos, porque ele realizou um dos feitos mais difíceis para um estudioso: alterar as noções dominantes e transformar em problema o que era considerado como fato estabelecido. Se pessoalmente não aceito a sua premissa, sinto que não podei mais falar do assunto sem passar por ela e sem que ela leve a matizar meu ponto de vista”.

complexo como foi a AIB. Neste sentido, a principal ressalva que faço a ela (e a seu caráter hegemônico) não diz respeito a negar a influência do fascismo sobre o Integralismo ou reconhecer similitudes para além da estética, mas antes a considerá-lo, no máximo, como *uma das influências, como uma de suas diversas facetas*. Dito de outra maneira: as ressalvas as quais pretendo fazer sobre a recepção do que estou chamando de tese fascista *não dizem respeito a uma recusa do fascismo na constituição do Integralismo, mas sim à centralidade e superioridade que este ganhou na explicação e caracterização da AIB*. A recepção da tese fascista torna-se, assim, um problema no momento em que, a meu ver, ela não somente foi *vulgarizada, como impediu* que os estudos sobre o Integralismo aprofundassem sua relação com o contexto nacional do qual brotou – o aumento quantitativo das pesquisas, sobretudo motivado pelos chamados estudos regionais<sup>12</sup>, não foi acompanhado por *igual* renovação das questões ou a introdução de outras novas. Neste sentido, não pretendo recuperar ou fazer um inventário das obras nas quais localizo os efeitos da aceitação naturalizada da tese fascista. Desejo apenas indicar os problemas mais graves no que diz respeito a tal comportamento, utilizando-se de alguns exemplos que considero mais ilustrativos desta situação e seguidos da exposição de temáticas em potencial que não puderam ser exploradas devido ao caráter limitador da recepção.

Para iniciar, duas constatações. A primeira já foi enunciada, de modo que me limitarei a repeti-la: enquanto o trabalho de Trindade tornou-se praticamente incontornável para quem quisesse estudar a AIB, o de José Chasin, que defendia tese radicalmente oposta, transformou-se, quando muito, em um título a mais a ser citado sobre as pesquisas iniciais, tendo pouco ou nada incorporado nas investigações para uma maior matização do movimento<sup>13</sup>. A segunda, ligada a anterior e um dos indicativos da predominância da tese fascista é que não é incomum nos *resumos* das dissertações ou teses a pronta classificação da AIB como fascismo, movimento de orientação ou influência fascista. Ou seja, a hipótese apresentada por Trindade tornou-se um dado empírico, foi naturalizada, de modo que falar em Integralismo é falar, automaticamente, em fascismo – o que, em última análise, significa afirmar que ele nada tinha de modernista ou que os traços católicos e autoritários do contexto intelectual da época não eram tão importantes sobre sua caracterização. O alcance desta identificação imediata nem mesmo se limita aos pesquisadores do movimento.

<sup>12</sup> São pesquisas que enfocam a atuação da AIB em uma determinada cidade ou estado. Elas mostram quão matizado é o problema do fascismo (embora eximam-se de abordá-lo). Por exemplo, na cidade de Olímpia, interior do São Paulo, o Integralismo era diretamente associado com o fascismo e Plínio Salgado considerado um líder como Hitler, Mussolini ou Salazar (RIBEIRO, 2004); em várias localidades no Ceará, o movimento era visto como uma espécie de “extensão” da Igreja Católica, isto é, um movimento eminentemente católico (SOUZA, 2010), havendo pouca ou nenhuma referência ao fascismo. Os próprios intelectuais integralistas apresentavam visões distintas: em um artigo de Luís da Câmara Cascudo (presente no Arquivo de Plínio Salgado), este declara ser o Integralismo “a fórmula brasileira do Fascismo”. Já Miguel Reale, em artigo de 1936, buscou sublinhar as diferenças existentes entre os dois movimentos. E no tocante ao Chefe Nacional, Plínio Salgado, sua figura várias vezes era associada a de um profeta ou apóstolo, praticamente um personagem bíblico. Tudo isto mostra, por um lado, a presença do fascismo, mas por outro, que ela não é predominante.

<sup>13</sup> Aliás, as observações feitas por Antonio Cândido parecem ter sido amplamente descartadas.

Maria Luiza Tucci Carneiro, por exemplo, inicia seu prefácio ao livro de João Ricardo de Castro Caldeira (1999) sobre a presença da AIB no Maranhão – representante daqueles estudos regionais tendo como orientação principal a história política – afirmando: “O pensamento autoritário que, entre as décadas de 30 e 40, proliferou no Brasil tem suas raízes no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão” (CARNEIRO, 1999, p. 12)<sup>14</sup>. Todo um contexto intelectual (da década de 1930 e anterior a ela) marcado por forte tendência ao autoritarismo (SADEK, 1978, p. 80) é prontamente descartado de modo que tal pensamento autoritário é transformado em artigo de importação, não existindo em solo nacional. Ainda no prefácio, a autora chama a atenção para dois aspectos do trabalho de Caldeira (1999): a difusão do Integralismo no Maranhão teria beneficiado-se por seu discurso “anticomunista” e “cristão”. Qual é, no entanto, a conclusão de Maria Carneiro? “O autor nos comprova, através do real avanço da doutrina integralista pelo Maranhão, o quanto era frágil a experiência liberal no Brasil e quanto nossas elites continuavam sintonizadas com os ‘modismos’ europeus” (Idem: [grifo meu]). Ora, desde a Revolução Russa é possível encontrar, em solo brasileiro, críticas ao comunismo, e embora o cristianismo tenha sido trazido da Europa, não acredito que, mais de quatro séculos depois, ele fosse um “modismo”. Neste sentido, há muito pouco que ligue a atuação da AIB no Maranhão ao fascismo<sup>15</sup> - algo que o autor não aborda.

Roney Cytrynowicz (1998), que estudou o antisemitismo nas obras de Gustavo Barroso (1992), intitulou a introdução ao livro *Imagens do Sigma*<sup>16</sup> “O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade”. Nela o autor escreve de forma enfática: “Muitas das imagens deste álbum podem parecer bonitas, modernas, surpreendentes [...], mas não se pode esquecer que estas imagens eram produzidas para difundir uma ideologia fascista e racista”. Em seguida, misturando indiscriminadamente nazismo com integralismo afirma: “O fim da história no ‘Estado Integral’ ou no ‘Reich dos Mil anos’ pressupunha um estado permanente de harmonia social, exterminados previamente na ‘solução final’ todos os que fugiam à norma ideal racista integralista ou nazista” (CYTRYNOWICZ 1998). Que a AIB teve seu papel na difusão de ideias antisemitas no Brasil<sup>17</sup> isto não se nega em absoluto, mas a comparação feita pelo autor soa, antes, como uma denúncia ou acusação feita sem maiores critérios, referendando uma comparação difícil com base em um elemento em “comum”.

<sup>14</sup> Prossegue a autora: “Apesar de florescer em condições histórico-sociais diferenciadas daquelas da Europa, este pensamento interferiu na realidade brasileira seduzindo grupos significativos de cidadãos que, sob o prisma da doutrina fascista, tentaram propor um modelo político viável para o Brasil” (CARNEIRO, 1999, p. 12).

<sup>15</sup> Deve-se mencionar, também, que na lista de inscritos na AIB do Maranhão, em 1935, há um número considerável de “operários” (CALDEIRA, 1999), de modo que a referência as “nossas elites” parece limitar bastante a composição social da AIB e o público heterogêneo que ela atingiu.

<sup>16</sup> Coletânea de imagens sobre a AIB presentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi organizado por Luiz Felipe Hirtz Guerra e Luiz Henrique Sombra (1998).

<sup>17</sup> As ideias antisemitas não se limitam a Gustavo Barroso, sendo possível encontrá-las, de forma diluída, na produção intelectual integralista (livros, revistas, jornais).

Ambos os autores estavam próximos, de algum modo, da questão do antisemitismo<sup>18</sup>, sendo compreensíveis as motivações para tal identificação operada por eles, mas no plano analítico, que nos interessa aqui, ela não tem como se sustentar – seria como afirmar peremptoriamente que a AIB não foi nada além de um movimento modernista pela presença de um intuicionismo<sup>19</sup> que remontava à experiência de Plínio Salgado com o modernismo na década de 1920. Mas ainda assim considero estes casos ilustrativos do processo de naturalização sofrido pela tese fascista, pois ela não se manteve restrita ao grupo de pessoas que pesquisava *diretamente* a AIB<sup>20</sup>, tornando-se um lugar-comum reforçado, julgo eu, pelo silêncio ou a anuência velada em relação a ela. Com isto quero dizer que, afora aquelas pesquisas onde a AIB já é apresentada como fascismo (ou influenciada *apenas* por este) logo em seus resumos<sup>21</sup>, por vezes as quase inevitáveis discussões historiográficas sobre o Integralismo costumam limitar-se a aos primeiros estudos de Trindade; Chasin; Chauí; Vasconcellos, onde somente descreve-se o “debate” – sobretudo entre os dois primeiros – em torno da tese fascista, ficando uma situação indefinida sobre o grau de acuidade desta – a AIB era fascista ou não? Foi influenciada só pelo fascismo ou teve outras influências? O fascismo predominou (não apenas nas ideias, mas também na caracterização e nas ações do movimento como um todo)? Deste modo, quando não se *questiona* esta tese, não considero tal atitude nem como sua *recusa* ou sua *matização*, mas sim um silêncio que a reforça como algo dado, um *a priori* acerca do qual o pesquisador não precisa lidar. Isto pode ser ilustrado pelo seguinte trecho de João Fábio Bertonha (2010):

Na historiografia recente, outros temas já clássicos também estão sendo retrabalhados com novas fontes de abordagens. A velha questão sobre o caráter fascista do integralismo, mais ou menos resolvida dentro da academia, mas que ainda suscita debates fora dela, tem recebido novos enfoques (grifo nosso).

Ressalto, nesta passagem, dois pontos: o primeiro diz respeito à “velha questão sobre o caráter fascista”. Embora o autor não deixe mais claro o significado dela estar “mais ou

<sup>18</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro possui um trabalho sobre o antisemitismo na Era Vargas e abordou o papel de Gustavo Barroso, importante intelectual e liderança integralista, em sua disseminação pelo país. Mas isto não é o suficiente para embasar as afirmações feitas no prefácio ao livro de Caldeira.

<sup>19</sup> Escreve Eduardo Jardim de Moraes sobre a importância da intuição para as ideias modernista de Plínio Salgado: “O ‘misterioso senso divinatório’ da intuição é que nos possibilitará entender a intimidade do caráter nacional. E é também com base nesta mistificação que se fundará teoricamente o integralismo. O iniciado, o chefe, poderá dirigir o país de posse da chave do caráter nacional” (MORAES, 1978, p. 128).

<sup>20</sup> Outro exemplo é o bom trabalho de José Luis Bendicho Beired (1999) acerca dos intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX. Nele, em sua análise sobre o Brasil, ele destaca três polos no campo político e intelectual: o cientificista (Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, etc.), o católico (intelectuais ligados ao Centro Dom Vital) e o *polo fascista*, encabeçado pelo Integralismo. Embora tenha se apresentado como uma força política com um projeto nacional próprio, a AIB também se identificava com os outros dois polos.

<sup>21</sup> Ribeiro (2004); Oliveira (2004, 2010); Lopes (2007); Ackerman (2009). São alguns exemplos de trabalhos cujos resumos já apontam para a identificação integralismo-fascismo. Mesmo quando se fale em *influência*, esta é limitada ao fascismo. Além disto, sublinho que apenas Ribeiro trabalha com uma temática que justifica abordar a questão do fascismo. Nos outros, é apenas um predicado, uma forma de classificar a AIB.

menos resolvida”, considero que, implicitamente, ele esteja referendando a tese fascista, mantendo-a como essencial à compreensão da AIB. Isto é um bom indício de como se processou sua recepção e incorporação. A reprodução da tese fascista, fosse mediante sua reafirmação ou não enfrentamento ao longo do tempo, naturalizou-a, e os “novos enfoques” mencionados pelo autor concorreriam, a meu ver, apenas para reatualizá-la diante de novos trabalhos sobre o fascismo europeu<sup>22</sup>.

O segundo ponto que gostaria de mencionar, ainda voltado para este problema da recepção, é um tanto delicado. Como se vê na assertiva de João Fábio Berthonha, a “questão do caráter fascista” acha-se “mais ou menos resolvida *dentro da academia*”, contudo ela ainda “suscita debates *fora dela*”. O autor, talvez por prudência, não qualifica nem quais são os ambientes *fora da academia* onde se debate (e, talvez, se questione) a tese fascista, nem quem está envolvido neles. Ora, ao agir desta forma, o autor deixa um considerável espaço para especulação, e para quem possui maior familiaridade com as discussões acerca da AIB, torna-se inevitável a correlação com os grupos de “neo-integralistas”<sup>23</sup> existentes no país e que se consideram herdeiros do Integralismo – é comum, entre eles, a *negação* deste “caráter fascista” (BERTONHA, 2010). É uma situação delicada, pois, estando correta minha leitura do não-escrito, insinua-se que quem se opõe àquela tese acha-se, de alguma forma, comprometido com o movimento (passado ou presente), o que transforma uma discussão calcada sobre o plano do conhecimento em uma disputa de perfil político-ideológico, o que prejudica imensamente a análise científica.

Tudo isto leva, invariavelmente, a perguntar sobre o *porquê* desta recepção. Por que se recepcionou a tese fascista e como ela se manteve, no mínimo, inquestionável, por quase quarenta anos, sendo vulgarizada e naturalizada ao longo do processo de recepção? Como anunciei no princípio do tópico, não é minha intenção analisar ou desenvolver esta questão. Interesso-me, antes, em fazer alguns breves comentários para apontar as consequências da forma como foi recepcionada. Entretanto, julgo pertinente citar uma razão que poderia ser levada em consideração.

Hélio Trinade em, pelo menos, duas oportunidades (1976; 1981) rebateu as críticas que seu trabalho, em particular sua principal hipótese, sofreu. Na primeira, respondeu aos

<sup>22</sup> Os estudos regionais sobre a AIB mostram quão matizado é este problema do fascismo (embora eximam-se de atacá-lo). Por exemplo, na cidade de Olímpia, interior do São Paulo, o Integralismo era diretamente associado com o fascismo e Plínio Salgado considerado um líder como Hitler, Mussolini ou Salazar (RIBEIRO, 2004); em várias localidades no Ceará, ele era visto como uma espécie de “extensão” da Igreja Católica, isto é, um movimento eminentemente católico (SOUZA, 2010), havendo pouca ou nenhuma referência ao fascismo. Os próprios intelectuais integralistas apresentavam visões distintas: em um artigo de Luís da Câmara Cascudo (presente no Arquivo de Plínio Salgado, citado anteriormente), este declara ser o Integralismo “a fórmula brasileira do Fascismo”. Já Miguel Reale, em artigo de 1936, buscou sublinhar as diferenças existentes entre os dois movimentos. E no tocante ao Chefe Nacional, Plínio Salgado, sua figura várias vezes era associada a de um profeta ou apóstolo, praticamente um personagem bíblico. Tudo isto mostra, por um lado, a presença do fascismo, mas por outro, que ela não é predominante.

<sup>23</sup> São grupos de tamanho extremamente reduzido e sem qualquer ressonância que retomaram as ideias e valores integralistas e atuam hoje, promovendo reuniões ou encontros. Sobre os “neo-integralistas”: (CALDEIRA NETO, 2009; CARNEIRO, 2007).

comentários de Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e, na segunda e mais importante, confrontou as objeções e críticas feitas por José Chasin (1978). Chamo a atenção para este fato porque desconheço se houve tréplicas, e se ocorreram, parece-me que não teriam o mesmo alcance, em termos de *visibilidade*, das respostas de Trindade. A primeira foi publicada na *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRS* e a segunda consistiu no capítulo sobre a AIB presente no *História Geral da Civilização Brasileira* (onde o autor não apenas reapresentou suas teses sobre o movimento como, além da crítica ao trabalho de Chasin, também pôde criticar o de Gilberto Vasconcellos). Além disto, o verbete sobre a AIB presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* também foi assinado por Trindade, de modo que há uma maior disponibilidade de textos onde a tese fascista é defendida e contraposta aos argumentos de seus críticos. E ainda se poderia incluir o capítulo “A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil”, de Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz, que compõe o livro *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Nele as referências a elementos nacionais caros ao Integralismo, como o pensamento católico e autoritário brasileiros, são praticamente inexistentes, recorrendo-se mais ao contexto internacional (ou seja, ao fascismo europeu) para explicar a AIB – o próprio título não deixa margem para discussões. Deste modo, obras de referência contribuem diretamente não apenas para a hegemonia da tese fascista como para sua naturalização, havendo limitadíssimo espaço para se pensar os limites e problemas desta classificação.

Tal situação criada pela ausência de debates parece-me ter sido captada com particular acuidade por Rogério Lustosa Victor em texto introdutório à sua pesquisa sobre a construção da memória sobre o Integralismo<sup>24</sup> pós-1938.

[...] os integralistas sempre tratados como ‘eles’ para diferenciá-los do ‘nós’, estariam mais próximos do ‘nós’ do que do ‘eles’. Em outras palavras, os integralistas não eram alienígenas na sociedade brasileira dos anos 1930, integravam-se nela e com ela compartilhavam de uma rede de cultura política de ampla circulação no país, instrumentalizada pelo movimento do sigma [...]. A percepção que se construiu acerca do integralismo, ao menos de 1938 para cá, é a de que aquele foi um movimento de fanáticos, covardes, golpistas, fascistas, nazistas (que não somos ‘nós’, mas sempre ‘eles’), ou seja, um movimento repulsivo que merece o esquecimento. No entanto, os integralistas apresentavam características bastante aceitas pela sociedade brasileira da época e nela presentes de forma significativa (VICTOR, 2005, p. 19-20).

<sup>24</sup> No prefácio ao livro, Noé Freire Sandes (2005, p. 14) escreve: “Encerrada a pesquisa, o autor quis publicar sua dissertação, enviando o texto para algumas editoras. A surpresa veio na forma de voto: na perspectiva de certa leitura, a reflexão indicava uma justificação para o movimento integralista. Considerado, em avaliação apressada, politicamente incorreto, o texto foi descartado. [...] O Estado Novo fechou a Ação Integralista Brasileira (AIB) e assumiu para si as bandeiras conservadoras e nacionalistas do movimento. No entanto, a pecha de fascista é delegada, fundamentalmente, a Plínio Salgado e seus seguidores, e não a Getúlio Vargas.”

As avaliações de Victor coadunam-se com minha crítica ao modo *como* ocorreu a recepção da tese fascista. E a partir delas avanço para meu segundo comentário, relacionado ao principal *efeito* de tal recepção: ela impediu que se aprofundassem as relações da AIB com o contexto *nacional* do qual brotou.

Em outras palavras, o Integralismo foi transformado em um estrangeiro em sua própria terra, um elemento descolado da realidade brasileira – e isto *não* estava originalmente enunciado na tese de Hélgio Trindade. Houve, a meu ver, uma perda do vínculo entre AIB e sociedade brasileira reparado de modo *parcial* pelos estudos regionais, pois quando se debruçou sobre as particularidades do movimento nas diferentes regiões brasileiras, vieram à tona características difíceis de serem observadas sem uma verticalização dos estudos. Ao adotarem tal abordagem localizada, estes estudos foram capazes, inclusive, de mostrar as relações entre elementos integralistas e fascistas (imigrantes italianos e alemães), onde estes se faziam presentes, apontando para tensões ou certo distanciamento entre eles (GERTZ, 1987; BRUSANTIN, 2004). Seu maior mérito reside, sem dúvida, em revelarem, pela referência às práticas cotidianas, como o Integralismo reproduziu-se, incorporou-se e desenvolveu-se onde se fez presente. Se a tese fascista pressupunha olhar mais para o que se processava do outro lado do Atlântico e buscar vínculos transoceânicos, tais pesquisas vincularam a AIB ao Brasil.

O problema desta abordagem, cujo sucesso é bastante visível, é que, ao recuperar tal vínculo, o movimento passou a ser somente *localmente* analisado, perdendo-se de vista o plano mais amplo de *atuação* e o *sentido* que lhe era dado pelos militantes, principalmente suas lideranças. Embora o Integralismo possuísse regiões de maior ou menor penetração e cada qual com suas singularidades, ele sempre foi um movimento de escopo e ambições nacionais onde sua unidade era prezada, afinal, pretendia-se criar um Brasil unido, livre das diferenças regionais que eram identificadas como os maiores entraves ao seu avanço e proeminência no concerto das Nações. Deste modo, o movimento foi marcado por uma relação local-nacional intensa.

A título de exemplo, identifico a composição da ideologia integralista, levando em consideração seus valores norteadores, fundamentais para compreender a organização e desenvolvimento da AIB, como um dos elementos que mais sofreu com a naturalização da tese fascista e consequente “ruptura” do vínculo que a mantinha ligada ao contexto nacional. Ao tomar-se o fascismo como grande influência e definidor do movimento, perdeu-se de vista o papel crucial desempenhado, por exemplo, pelo modernismo, pelas obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna e pelo pensamento católico na constituição do Integralismo. As ideias trazidas por estes pulsavam no movimento e não somente como ideias, mas como *ações*, como orientações de conduta. O papel desempenhado pelos *intelectuais* e a formação de uma *intellectualidade integralista* também não obtiveram praticamente nenhuma atenção a despeito de sua centralidade para o movimento.

integralista – foram estes os maiores responsáveis pela expansão da AIB e o modo como se estruturou<sup>25</sup>. E isto só foi possível por um *protagonismo social dos intelectuais* característico da atuação dos intelectuais brasileiros (PRADO, 2011). Como este traço não aparece na tese fascista, então, imagino, acabou não sendo levado em consideração, pois se afastaria em demasia do “modelo” europeu, base para analisar a AIB.

Ilustrativo dos efeitos impeditivos da recepção da tese fascista (e que vem ao encontro do apresentado no parágrafo acima) é a recusa em aceitar outras influências sobre o Integralismo, sobretudo quando elas colocam em xeque o fascismo ou atribuem-lhe um papel menor no rol de seus elementos constitutivos. Isto fica claro no exemplo seguinte, relativo à crítica feita por Gilberto Grassi Calil (2001) das análises de Francisco Martins de Souza. Escreve este:

*Ao encarnar o tradicionalismo católico, a Ação Integralista credenciou-se para atrair não só a elite mas igualmente a massa de católicos [...]. Plínio Salgado cuidara de se tornar o herdeiro natural dessa tradição. Sua linguagem é bíblica. Sua mensagem é no sentido de proclamar que o cristianismo é que dá sentido ao processo civilizatório. Seu apelo é em prol da Ordem e da Autoridade como ensinara o tradicionalismo católico. A identificação dos integralistas com o catolicismo tradicionalista é que lhe deu a possibilidade de estruturar-se em todo o país e de contar com a imprensa católica. (SOUZA, 1982, p. 106, grifo nosso).*

O autor apresenta um importante aspecto da AIB, ainda que centrado apenas na figura de seu líder, que é a ligação (visível) do Integralismo com o pensamento católico. Os princípios de hierarquia, ordem e autoridade amplamente divulgados no país pela Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX (DIAS, 1996) – também presentes na obra de Jackson de Figueiredo (IGLÉSIAS, 1971; WILLIAMS, 1974) – foram incorporados e proclamados não só por Plínio Salgado como pelo restante do movimento em suas revistas, jornais, livros e conferências.

Infelizmente, nada disto é minimamente cogitado. Ao contrário, tudo é prontamente rejeitado sob argumentos pouco consistentes. Escreve Gilberto Calil (2001, p. 62):

O autor [Francisco Martins Souza], no entanto, não conceitua a significação histórica deste catolicismo tradicionalista que, *realçado no intuito de negar o caráter fascista do movimento*, não explica a força que o integralismo chegou a ter. Sua definição é insuficiente para um conceituação mais precisa pois *identifica fascismo a ‘causas exclusivamente externas’* e utiliza noções de autoritarismo e tradição autoritária que são poucos precisas (grifo nosso).

<sup>25</sup> Como busquei mostrar em minha tese em 2013.

O autor rejeita a tese de Francisco Martins Souza (poder-se-ia dizer: ignora-a) porque ela discorda da imediata associação entre Integralismo e fascismo, propondo a ligação do primeiro com o catolicismo, de modo que se deslocaria o referencial do contexto internacional para o nacional – ou seja, descartando o modelo fascista e, consequentemente, levando dúvidas à uma das principais teses organizadoras das pesquisas sobre a AIB. Calil (2001) incomoda-se, assim, pela transformação do fascismo em “mera” influência externa, daí lançar mão do subterfúgio “imprecisão dos conceitos” para barrar qualquer investigação (ou mesmo permitir-se aceitar outro ângulo de análise), mantendo a posição hegemônica da tese fascista.

A relação entre a AIB e a Igreja Católica foi explorada, como mencionado, por Margareth Todaro Williams (1974) em um artigo que parece ter passado praticamente despercebido pelos pesquisadores do Integralismo. Sabe-se que não houve um apoio *oficial* por parte da Igreja, e do mesmo modo que muitos membros do clero se opuseram ao movimento, este não apenas gozou da simpatia de outros como teve religiosos em suas fileiras, sendo o caso de Hélder Câmara (1958) um dos mais notáveis. Chamo a atenção para este pela postura que adotou ao *defender* Plínio Salgado das críticas feitas por Severino Sombra quando este desligou-se da AIB depois da realização do I Congresso Integralista. Em um longo texto que foi publicado no jornal *A Offensiva*, Câmara listou e buscou refutar as “vinte e quatro acusações contra o nosso Ideal” que estariam presentes em uma carta redigida por Sombra e enviada “a Autoridades Eclesiásticas na esperança de ver condenado o movimento que odeia” (CÂMARA, 1958, p. 74). Ele assim começa seu texto: “Mais uma vez surgem dúvidas sobre heresias ou perigos de heresias na doutrina e prática integralista” para, logo em seguida, declarar ser aquele o momento “de os católicos entrarmos no verdadeiro espírito da Igreja no correr da história. Que todos que se levantaram em pontos diversos do Brasil contra a doutrina do Sigma meditem no que lhes manda um sacerdote camisa-verde da província do Ceará” (CÂMARA, 1958, p. 73-74). Neste longo texto, Hélder Câmara coteja as ideias de Plínio Salgado com o pensamento católico (São Tomás de Aquino uma das principais referência<sup>26</sup>) com o intuito de mostrar a “firmeza da aliança doutrinária entre o Integralismo e a Verdade Católica” (CÂMARA, 1958, p. 74)<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Escreve Hélder Câmara na resposta à décima quarta acusação: “O sr. Severino revolta-se contra a expressão do Chefe: ‘O inconsciente não erra’. E pergunta, ironicamente, se ela é tomista. É, respondemos nós, com S. Tomás na mão” (CÂMARA, 1958, p. 89).

<sup>27</sup> No Fundo Plínio Salgado, depositado no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP), há um extenso documento intitulado “Apreciação das ‘Impressões sobre a ortodoxia da Doutrina Integralista perante a Igreja Católica’, de S. Excia. Revdma. D. Gastão Liberal Pinto” (103.007.016). Trata-se de uma análise feita a pedido do Arcebispo de Belo Horizonte (não há indicação do autor, mas parece tratar-se de alguém da hierarquia eclesiástica) sobre o estudo mencionado no título. O texto buscar aponta suas deficiências e erros na avaliação da “Doutrina do Sigma”, de modo que o autor declara ser “inadmissível” uma das conclusões de D. Gastão Pinto: “A doutrina filosófica do Integralismo é antitomista e eclética, e procura abranger, em imensa síntese, todas as filosofias, compatíveis ou não com a doutrina católica”. Não é admissível. Já mostrei que A Quarta Humanidade [livro de Plínio Salgado] não constitui a doutrina integralista. Ainda que constituísse, desta obra não se conclui isto. Mostrei, com citações desta obra, qual é o sentido desta síntese, que a doutrina integralista não é antitomista, nem eclética, nem incompatível com a doutrina católica, pelo

Consequência direta de atitudes semelhantes foi que, frente às diferenças, falou-se em “peculiaridades” do Integralismo – por exemplo, seu espiritualismo e o apelo religioso (OLIVEIRA, 2010, p. 126). Ora, parece-me ser justamente o *contrário*: *o peculiar no movimento integralista foi a influência fascista, pois todo o restante coadunava-se com o que já existia no Brasil e foi mobilizado na formação da AIB*. Fosse o espiritualismo, o papel central dos intelectuais ou o pensamento autoritário – estes são traços *fundamentais* para o movimento, e não sua peculiaridade. Sua sociogênese encontra-se aí, e não na Europa. Considero, desta maneira, que o fascismo tenha sido *instrumentalizado* pelo Integralismo, serviu para dar-lhe “forma”, para veicular as ideias e os valores defendidos. A naturalização e vulgarização da tese fascista tornaram o fascismo uma influência dominante e caracterização definitiva e única. Que a AIB sofreu com o contexto internacional, seria leviano negar, mas o contexto nacional exerceu expressiva parcela de influência, caracterizando-a também. Por que então não falar no “caráter modernista” do Integralismo ou que ele é uma espécie de “radicalização do modernismo (da década de 1920)? Ou que foi um “movimento de catolicismo herético”<sup>28</sup>? O fascismo foi *um* entre vários fatores que foram *reflexivamente* incorporados pelos atores sociais envolvidos, contribuindo na criação e desenvolvimento do movimento. E como tal, ele deve ser estudado (como o foi), mas não eleito como o *principal fator* para a existência da AIB ou de sua definição última, como a repetição contínua, automática, faz parecer.

Quando lancei mão da passagem de Arthur Schopenhauer como epígrafe deste artigo, pensava particularmente nesta discussão, para a qual o trecho “o intelecto à força de pensar continuamente numa mesma coisa se torna incapaz de escrutá-la e compreendê-la, embota e se confunde” parece-me bastante apropriado. A recepção pouco crítica da tese fascista levou a um estado de coisas onde, a despeito do avanço quantitativo de pesquisas sobre a AIB, com seus novos objetos e abordagens, questões prementes para sua compreensão e relação com a sociedade e história brasileiras permaneceram pouco exploradas. Para fechar este tópico<sup>29</sup>, forneço o restante da reflexão de Schopenhauer:

Por essa necessidade de repouso do intelecto se esclarece também por que depois de uma longa pausa qualquer, nós olhamos o curso ordinário das coisas desse mundo como novatos e estrangeiros e então temos uma visão fresca e imparcial e seu nexo e sua significação se tornam claros da maneira mais pura e mais profunda, de modo que vemos então as coisas de maneira palpável e não conseguimos compreender como aqueles que se agitam constantemente entre elas não as notam. (SCHOPENHAUER, 2010, p. 87).

---

menos nos pontos essenciais do Sigma”. Ainda está por ser feita uma pesquisa mais profunda sobre a relação entre Integralismo e catolicismo.

<sup>28</sup> Devo esta expressão (catolicismo herético) a Ricardo Benzaquen de Araújo quando de sua participação em minha qualificação.

<sup>29</sup> Algumas ideias aqui exploradas foram, junto a outras, previamente enunciadas em outra ocasião.

## *O contexto intelectual brasileiro e as “raízes” do Integralismo como projeto e ação*

Recentemente, Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro (2012) publicou um artigo intitulado “Pensamento integralista: aportes e suportes para um movimento de direita”<sup>30</sup>. Nele, a autora ensaia uma aproximação entre algumas das ideias integralistas e o contexto intelectual brasileiro, apontando, corretamente, que “a obra doutrinária da AIB deve ser entendida como pertencente a um momento de reflexão sobre os destinos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo”, não sendo, assim, mera cópia do fascismo, pois possuía “sua especificidade, que deve ser considerada como parte do conjunto de produções autoritárias das três primeiras décadas do século XX”. Neste ponto, Marcia Carneiro recupera o artigo clássico de Bolívar Lamounier (1985), geralmente esquecido pelos pesquisadores do Integralismo, e sublinha a validade de suas proposições para a compreensão dos intelectuais da AIB. E avançando por esta linha de reflexão, chama a atenção para a influência, sobre o Integralismo, das ideias de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, bem como do pensamento católico (Jackson de Figueiredo, por exemplo). A autora, assim, não recua diante do fato de que a intelectualidade da AIB apresentava um repertório simbólico encontrado e disseminado em solo nacional. No entanto, não apresenta nada substancialmente novo e acaba por se deixar apreender pelas certezas da tese fascista, pelo menos de alguns aspectos seus.

Hélgio Trindade já havia apontado para estas influências nacionais sobre a constituição do ideário integralista<sup>31</sup>. Além disto, o próprio Plínio Salgado já havia listado quais autores influenciaram-no – e a leitura dos livros integralistas já mostra alguns deles. Deste modo, Marcia Carneiro não faz nada além de reapresentar ideias antigas, visto que em momento algum aponta *onde* se encontram tais influências. Quais obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna, por exemplo, influenciaram o Integralismo? O que se aproveitou de Jackson de Figueiredo? Quais ideias foram incorporadas e como? O recurso às fontes primárias não parece ser cogitada<sup>32</sup>, daí as inevitáveis menções e comparações com o fascismo (que sempre

<sup>30</sup> Este artigo faz parte da coletânea *Ideias e práticas fascistas no Brasil*, a qual reúne trabalhos que tratam não apenas do Integralismo, mas também do fascismo e do nazismo. Para evitar tornar-me repetitivo em demasia, não farei nenhum comentário sobre o peso e a hegemonia da tese fascista. Aos leitores, deixo como mais um exemplo que ilustra minha crítica (CRUZ, 2012).

<sup>31</sup> No Capítulo II (“A formação política de Salgado) da primeira parte e, sobretudo, no Capítulo II (“A ascensão das ideias autoritárias em 1930 e o nascimento do integralismo”) da segunda parte.

<sup>32</sup> Refiro-me, principalmente, as obras dos autores apontados como influências para o pensamento integralista. Verificando-se a bibliografia do artigo (ou mesmo o próprio artigo), não há referência nem mesmo a um *título* dos livros de Oliveira Vianna ou Alberto Torres, por exemplo. Também devo acrescentar o número extremamente reduzido de obras integralistas. Como um artigo que se pretende tratar do “pensamento integralista” menciona alguns poucos livros de Plínio Salgado (incluindo aí seu romance *O*

aferram-se à dimensão estética e organizacional da AIB), resultado da ausência de investigações minuciosas capazes de comprovar o argumento em favor da identificação entre o Integralismo e o contexto intelectual brasileiro. Chega-se ao fim do artigo de Carneiro com a impressão de um resumo interessante, porém feito a partir de referências secundárias que o leva a lugares comuns e perde a oportunidade de adotar outra perspectiva analítica capaz de trazer novo fôlego e insights às pesquisas sobre o movimento. O argumento sobre a identificação do Integralismo com o contexto intelectual brasileiro é apenas enunciado, mas não é demonstrado, de modo que a tese fascista permanece inquestionável e, por conseguinte, cristalizada, aprisionando a AIB no interior de uma construção hipotética transformada em dado natural. Custa-me a acreditar que tenha sido esta limitação à pesquisa a maior contribuição da obra Hélvio Trindade.

Este artigo ilustra a tentativa de se dar o próximo passo que permitiria deixar para trás a zona de influência da tese fascista – no entanto, ele não é dado. Partindo da mesma temática, darei um exemplo de como se pode proceder.

Se existe uma questão particularmente importante para compreender a formação e a atuação da AIB, foi a pouquíssima explorada relação entre suas ideias e propostas norteadoras e as obras de alguns autores brasileiros produzidas nas décadas de 1910 e 1920. Ora, mas tal proximidade foi apontada por Hélvio Trindade<sup>33</sup>, poder-se-ia argumentar. Sim, de fato, o autor sublinhou tal relação, no entanto, não analisou *como* as ideias, argumentos e teses sobre o Brasil foram mobilizados e incorporados no Integralismo. Não foi objeto de reflexão de Trindade os elementos de uma parte da produção intelectual brasileira (anterior à fundação da AIB) que foram transformados em *orientadores de conduta*. As ideias de Oliveira Vianna ou as propostas de Alberto Torres, por exemplo, serviriam como base para a *ação integralista*. Seu projeto de intervenção sobre a sociedade brasileira seria uma espécie de execução daquilo enunciado por tais autores. Pretendo, aqui, apresentar alguns indícios de como ideias circulantes no Brasil foram reflexivamente incorporadas pelos integralistas, contribuindo diretamente para a formação e atuação do movimento.

No tópico anterior, fiz menção às influências de vários intelectuais brasileiros sobre as ideias integralistas. Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Farias Brito, Alberto Torres, Jackson de Figueiredo, Graça Aranha, foram autores cujas ideias encontraram um caminho até o Integralismo. O problema é que, como se viu, as pesquisas limitam-se a reproduzir esta constatação não avançando no sentido de demonstrar empiricamente onde elas se encontram. Tem sido suficiente sublinhar esta aproximação. A proposta que faço aqui parte desta questão, porém não se limita ao pensamento integralista, pois, como enunciei acima, trata-se de analisar o que foi a *ação* da AIB. Ou seja, como movimento que buscava

<sup>32</sup> *Estrangeiro*, de 1926, e um artigo de fevereiro de 1932 – ou seja, textos anteriores à fundação da AIB) e nenhum de seus outros intelectuais?

<sup>33</sup> No Capítulo II (“A formação política de Salgado) da primeira parte e, sobretudo, no Capítulo II (“A ascensão das ideias autoritárias em 1930 e o nascimento do integralismo”) da segunda parte.

transformar a ordem vigente nacional, qual foi o sentido de sua ação, o que ela visava superar e criar? Respostas para tal pergunta serão encontradas na obra daqueles autores, porque elas forneceram aos integralistas os alvos para sua ação. A identificação dos problemas nacionais já fora feita, restava solucioná-los, e foi o movimento integralista quem se propôs a agir nesta direção.

Deste modo, caso fosse feita a pergunta “por que os integralistas agiram como agiram?” ou se questionasse “por que eles lançaram mão *desta e daquela* prática?”, não tardaria para encontrarmos ecos das ideias daqueles autores não somente no Integralismo, mas, sobretudo, sendo colocadas em *prática*, sendo *executadas* pelos integralistas. Por exemplo, a criação, por parte de alguns núcleos da AIB, de escolas de alfabetização e ambulatórios e a realização de práticas de assistência social voltadas para a população parecem ter suas raízes nos argumentos de Alberto Torres, em *A organização nacional*, de que grande parte da população brasileira achava-se abandonada pelo Estado e carente de serviços fundamentais para a sobrevivência, como saúde e educação, os quais não teriam como se desenvolver a partir do jogo dos interesses locais, sendo necessária da ação de um Estado centralizado (PRADO, 2011). Escreveu Torres (1978, p. 167):

O brasileiro não encontra, em nosso meio, desde os primeiros dias da infância, a escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho [...]. Há um duplo dever a cumprir, para com nossa população: *um dever de educação e um dever de assistência econômica e social*” (grifo nosso).

Também a questão do trabalho observada nesta passagem parece de acordo com a tentativa da AIB de criar uma “ética do trabalho”, baseada não só nas obrigações dos militantes para com seu trabalho na sede integralista, mas também nas regras de conduta que eram propostas.

Quando Oliveira Vianna (1973, p. 155) destacou, em seu *Populações Meridionais do Brasil*, que eram “escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo”, que nossas formas de solidariedade voluntária – como partidos, ligas, clubes desportivos – eram frágeis e efêmeras, o que restringiria a constituição de ações coletivas ao redor de interesses mais amplos, a AIB buscou superar este “insolidarismo” característico da sociedade brasileira pela criação de espaços de sociabilidade (os núcleos), e estes investiram em uma série de outras atividades capazes de aproximar as pessoas (organização de times de futebol, realização de excursões e piqueniques), tudo isto animado pela missão do movimento, a transformação do Brasil como interesse comum máximo. Além disto, o “espírito clânico” apontado por Vianna como potencial de fragmentação do país – e que lhe dava uma feição “inorgânica”, de ausência de coesão entre suas várias partes – era um desafio que a AIB buscou superar pela criação de uma unidade de pensamento e sentimento (o Integralismo e seu universo

simbólico) que visava uma identificação em nível nacional das diferentes regiões brasileiras, todas congregadas ao redor de elementos comuns. Aliás, não me soa impossível que a escolha de um líder supremo, Plínio Salgado, pudesse responder à “necessidade” de uma figura central de poder, capaz de manter unidas as populações dispersas por um vasto território nacional, como assinalado por Oliveira Vianna sobre a figura do rei<sup>34</sup> – neste ponto em particular, pergunta-se: tal opção, por parte dos camisas-verdes, teria seus fundamentos apenas no fascismo, não tendo qualquer relevância as análises de Vianna sobre o Brasil?

Pode-se também falar de *A Estética da Vida*, de Graça Aranha, apontando-se mesmo suas ideias e sua “filosofia da ação” (MORAES, 1978), diante da influência sobre o modernismo brasileiro, como o impulso primevo para a fundação de um movimento como a AIB. Neste caso, sua própria existência efetiva como *ação social*, como meio de intervir sobre a realidade nacional, teria suas raízes (mais distantes) nas reflexões, por exemplo, sobre as imperiosas necessidades dos homens ligarem-se aos outros homens – porque “Não há nada individual ou particular, tudo é universal, e o próprio pensamento é função dessa universalidade” (ARANHA, 1969, p. 597) – e de se afirmar a nacionalidade pela construção de uma cultura nacional<sup>35</sup>. O movimento buscava, assim, integrar todos os brasileiros, irmaná-los em volta de valores nacionalistas e práticas cívicas que foram sendo desenvolvidas ao longo de sua atuação junto à sociedade.

Estes são alguns breves indícios que, se não asseveram de modo peremptório os elementos do contexto intelectual brasileiro como essenciais para a constituição e atuação do movimento integralista, eles ao menos apontam questões que devem ser levadas em consideração e enfrentadas. São exemplos capazes de ilustrar a proposta de analisar o sentido da *ação integralista* enquanto, de um lado, realização de ideias e propostas presentes no contexto intelectual brasileiro, e do outro, escolha de determinas práticas como os meios privilegiados para viabilizar aquelas. Trata-se unicamente de uma sugestão para pesquisas futuras que visem uma maior compreensão do movimento integralista (seus valores e suas ações) e a demonstração empírica de sua relação com o pensamento desenvolvido no Brasil.

<sup>34</sup> [...] há que ressaltar a colaboração de uma força de valor imenso, que, nesse conflito secular entre o caudilho e a Nação, entre a localidade e o centro, concorre para firmar o triunfo definitivo da Nação e do centro. É o Rei. Na evolução dos poderes públicos entre nós, a função desse personagem é colossalíssima. Ele é, no IV século, o agente mais prestigioso, mais enérgico, mais eficaz do sincretismo nacional. O poder central deve a ele, com a sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade.” (VIANNA, 1973, p. 215).

<sup>35</sup> “Reforcemos o quadro da Nação. Não permitamos que dentro dele reine a alma de outros povos e a nossa própria alma seja expulsa e exilada da terra que lhe criou a expressão ainda incerta, mas ardente e luminosa. Enquanto não tivermos, sólidas, as fronteiras morais da nação, enquanto o quadro que encerra a Pátria não for rijo e inquebrantável, fechemos a porta à invasão, defendemos a frágil muralha [...] e seja tudo impenetrável ao sentimento estrangeiro. A pior invasão é a que se infiltra no sentimento, a que transforma a alma, [...] transfigura o pensamento.” (ARANHA, 1969, p. 656).

## Considerações finais

Meu objetivo com este ensaio foi, em certa medida, prestar uma homenagem ao livro de Hélio Trindade que, poder-se-ia dizer, inaugurou há quarenta anos o campo de estudos dedicados exclusivamente à Ação Integralista Brasileira. Tal homenagem, no entanto, veio na forma de uma crítica (necessária) à recepção desta mesma obra pelos pesquisadores deste movimento político-cultural. Ou melhor, uma crítica à forma como sua tese central foi recepcionada, transformando-se, como dito outras vezes, em um dado – em outras palavras, a tese fascista foi naturalizada ao ponto de “fascismo” tornar-se um predicado do Integralismo. Neste sentido, acredito que o trabalho de Trindade tenha sido não apenas simplificado, mas também passou a ser tratado como objeto de reverência – um *objeto sagrado* – e não uma obra científica cujo conhecimento (em suas análises, interpretações, hipóteses) é construído e, além disto, é *parcial*. Isto significa dizer que o Integralismo *não é apenas fascismo*, o que ficará evidente quando se modificar o ângulo de análise bem como os modos de estudá-lo.

A maior crítica que posso oferecer a esta recepção passiva da tese fascista é o *isolamento* por ela provocada em relação à inserção mais profunda do movimento integralista no contexto nacional, particularmente no que diz respeito às análises de questões mais abrangentes (como a AIB aproximava-se do legado modernista ou das tradições intelectuais brasileiras?; que papel teve o Integralismo em relação aos esforços da Igreja Católica de se fortalecer junto à sociedade brasileira ou como se deu o relacionamento, por exemplo, entre a AIB e o Centro Dom Vital?; que impacto houve sobre a sociedade da presença de mulheres atuando ativamente em um movimento político nacional?). Parece-me que vários estudos sobre o movimento passaram a se organizar internamente a partir da tese fascista, isto é, evitaram o diálogo com outras pesquisas (relativas ao Brasil) que poderiam tratar de assuntos ou questões próximas do Integralismo. E justamente por causa disto ocorre um mesmo distanciamento destas pesquisas em relação ao Integralismo, afinal, se este é um *fascismo*, teria muito mais a ver com movimentos políticos na Europa do que com quaisquer eventos ocorridos no Brasil. Uma ilustração disto seria, a meu ver, a intensa produção sobre o pensamento político e social brasileiro (observada tanto na História quanto na Sociologia), onde se resgatam autores e obras diversas que compunham o contexto intelectual de determinadas épocas e propõe-se, inclusive, linhagens entre eles – mas o Integralismo não figura aí, ficando restrito às pesquisas exclusivas sobre ele.

Atualmente há uma bibliografia considerável sobre a Ação Integralista Brasileira, no entanto ela continua reforçando seu isolamento, impedindo outras formas de compreensão acerca de sua existência e atuação. Conquanto não se suspender a crença na tese fascista, recusando-se sua *naturalização*; ou não se considerar o caráter imprescindível de vários elementos presentes em solo nacional sem os quais fascismo europeu nenhum seria capaz

de forjar, aqui, um movimento como a AIB; ou não se inverter os ângulos de observação, tomando a incorporação *reflexiva* de elementos do fascismo europeu como um recurso informado pelo contexto (político, intelectual, social) dos integralistas que dava sentido a tal escolha, de modo que aqueles puderam ser instrumentalizados a fim de executar o projeto e os ideais integralistas em todo o país, verificar-se-á uma incapacidade de não apenas renovar as pesquisas sobre o Integralismo como também de aproximar-lo de debates e questões concernentes nossas tradições, práticas e cultura políticas.

Em 2004, Cavalari publicou o livro *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*, composto de artigos escritos por diversos pesquisadores. De fato ele trouxe novos estudos, geralmente em vista de novos objetos, porém não houve uma equivalência de novas questões, pelo menos não no sentido que ressaltei aqui, buscando-se fugir um pouco do isolamento imposto ao movimento integralista. Problema semelhante ocorre nos artigos dedicados à AIB em *Ideias e Práticas fascistas no Brasil*, cujo melhor esforço para a superação deste problema, o artigo mencionado anteriormente de Márcia Carneiro, acaba não concretizando seu potencial por não dar o passo seguinte (o mais importante), não explorando todas as possibilidades enunciadas ao longo de seu texto.

Que aqueles que vierem ou continuarem a estudar do Integralismo, caso travem contato com este texto, considerem-no não apenas como uma crítica, mas também um convite a repensar alguns aspectos deste campo de estudos<sup>36</sup>.

## Bibliografia

ARANHA, Graça. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: FUNEP, 2010.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Anauê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira “cidade integralista” do Estado de São Paulo (1932-1943)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

<sup>36</sup> Não posso furtar-me de fazer um mea-culpa, pois minhas pesquisas também sofreram do mesmo “isolamento” que critiquei anteriormente (embora por outros motivos). Procurei superar, ainda que timidamente, este problema em minha tese, onde, por não tomar como dado a tese fascista, busquei indicar pontos de contato entre o Integralismo e o contexto brasileiro.

CALDEIRA NETO, Odilon. *O neo-integralismo: entre novas práticas e velhos elementos*. In: ELETRÔNICOS DA SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 4., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009. CD-Rom.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CÂMARA, Hélder. *O integralismo em face do catolicismo 1934. Encyclopédia do integralismo: estudos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958. v. 4.

CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. *A busca incessante pelo sigma: o integralismo no século XXI*. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, 4., 2007, São Luiz. *Anais...* São Luiz, 2007. p. 1-14.

CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. *Pensamento integralista: aportes e suportes para um movimento de direita*. In: CRUZ, Natalia dos Reis (Org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 11-14.

CAVALARI, M. R. F. et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CRUZ, Natalia dos Reis (Org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e antisemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1992.

CYTRYNOWICZ, Roney. *O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade*. In: GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique. *Imagens do sigma*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. *Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2).

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. São Paulo: UNESP, 1996.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 11-16.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique. *Imagens do sigma*. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 109-158.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. T. III, v. 3, n. 9.

LEVINE, Robert. *O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOPES, Daniel Henrique. *Experiências femininas na AIB, 1932-1938*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2007.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Evolução dos estudos sobre o integralismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS. Porto Alegre, 2004.

PRADO, Maria Emilia. Alberto Torres e a responsabilidade do estado na construção da nação. In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 187-210.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no sertão de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Franca, 2004.

SADEK, Maria Teresa Aina. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SANDES, Noé Freire. Prefácio. In: VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: UCG, 2005. p. 13-15.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas cidades, 1978.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a filosofia e seu método 1851*. São Paulo: Hedra, 2010.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Samuel Pereira de. *Soldados de Deus e da pátria: entre as práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-CE (1933-1950)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOUZA, Francisco Martins. O integralismo. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: UnB, 1982. v. 5, p. 61-109.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978.

TRINDADE, Hélgio. Desfile integralista. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. CD-Rom.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981, v. 3, p. 297-335.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: UCG, 2005.

WILLIAMS, Margaret Todaro. *Integralism and the Brazilian Catholic Church*. *The Hispanic American Historical Review*, v. 53, n. 3. 1974.